

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PROMESSA É DÍVIDA: A CRIAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES COMO ELEMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA CAMPININHA DAS FLORES

Vinícius Felipe Leal Machado

Professor do Instituto Federal de Goiás/ Discente do PPGH-UFG

Endereço eletrônico: viniciusmasterleal@hotmail.com

Introdução

A pesquisa exposta neste texto versa sobre o processo de criação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, a mais antiga instituição escolar de ensino secundário da região que foi escolhida para dar origem a Goiânia: a cidade - hoje bairro - de Campinas. Utilizamos o paradigma da modernidade para compreender os usos políticos da ideia de modernização que fundamentavam as violentas transformações às quais a população de Campinas fora submetida na primeira metade do século XX. Nesse sentido, consideramos que Campinas foi o epicentro do discurso de modernização fortalecido nos campos político e jornalístico, na época da implantação da nova capital e a educação pública esteve inserida neste contexto, como anseio de uns e promessa de outros.

Além de elementos materiais, facilmente assimiláveis pela população como itens associados ao progresso, após a “inauguração” de Goiânia, a ideia de modernização continuou a ser manipulada politicamente, de acordo com a conveniência, de diferentes maneiras pelos grupos interessados nos votos que a região mais populosa da nova capital poderia render.

A criação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, inicialmente Ginásio Estadual de Campinas, ocorreu no âmbito destas disputas político-eleitorais que colocaram o acesso à educação pública secundária como um elemento importante para a formação cultural de uma sociedade realmente moderna e “preparada para o futuro” que se anunciava mais uma vez, agora com a campanha pela construção de uma nova capital federal no interior do país. Assim, no papel, o Colégio Pedro Gomes foi fundado pela

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

lei nº 18 de 1947, durante o mandato do governador udenista Jerônimo Coimbra Bueno. Ele e seu secretário, Hélio Seixo de Britto, responsável pela pasta da educação, fizeram hábil uso político da ideia que associava a criação de um colégio de grande em Campinas a uma condição indispensável para que sua população pudesse desfrutar do progresso cultural e da modernidade que, segundo parte da imprensa, vicejavam em Goiânia, cuja população dispunha de instituições de ensino como o Liceu de Goiânia, desde os anos 1930. O Ginásio Estadual de Campinas foi instalado efetivamente em 1950, em uma cerimônia que atraiu grande interesse da comunidade de Campinas e demonstrou o empenho do governador Coimbra Bueno e seu grupo em associar sua gestão à ideia de progresso mediante “investimentos da área da educação”.

1. Representações da modernidade em Goiás na primeira metade do século XX: o discurso da modernização e o ideal de progresso

O ideal de modernidade está associado à ascensão do poder burguês na Europa no século XVI. Inicialmente o termo diz respeito ao momento histórico subsequente ao declínio do feudalismo e à consolidação das atividades econômicas mercantis-comerciais. O emprego da ideia de modernidade em função da distinção de momentos específicos da História europeia atinge o auge de sua intencionalidade no século XIX, quando o cientificismo positivista enquadra a modernidade como portadora de um novo modo de vida baseado em três pilares principais: o declínio do predomínio da visão cristã sobre a existência humana e ascensão do racionalismo filosófico, imperativo a partir do “Iluminismo”; as transformações nas estruturas sociais e políticas decorrentes das revoluções burguesas e as inovações técnicas sem precedentes ocasionadas pelas revoluções industriais, especialmente nas áreas de transporte e comunicação. A esse respeito, Reinhart Koselleck afirmou: “o conceito de ‘modernidade’ só veio a impor-se depois de decorridos cerca de quatro séculos do período que ele englobava. Lexicamente, só se implantou no último quartel do século XIX”. (KOSELLECK, 2012: p. 314)

Em Goiás, a representação da modernidade ganhou força, como discurso e ideal político, nos anos 1930. É claro que a paisagem descrita por Berman não se aproxima da realidade goiana naquele período, mas sua descrição certamente é reveladora da utopia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

perseguida, mesmo que à distância, pelos portadores do discurso de modernidade. Era em uma visão positiva destes elementos que miravam seus apelos pela necessidade de progresso. Segundo Chaul, este processo se consolida, em Goiás, a partir do triunfo do grupo apoiador do “movimento revolucionário de 30”, que tomou o poder e instaurou um regime que visava aparentar – antes de qualquer outra coisa - ser totalmente distinto do conjunto anterior. O autor goiano sintetiza assim a visão dos agentes da modernização em Goiás: “A modernidade para os arautos de 30 consistia no progresso do estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regionais”. (CHAUL, 2015: p. 176)

O cenário para a implantação desta visão desenvolvimentista na política goiana começou a ser aberto com a ascensão do poder econômico das regiões sul e sudoeste do Estado, consolidado nos anos 1920, como escreveu Ana Lúcia da Silva no livro “A revolução de 1930 em Goiás”, proveniente de sua tese de doutoramento, defendida em 1982. Segundo a autora, este crescimento do poder econômico da região a credenciou para a exigência de maior preponderância no cenário político regional. É importante ressaltar que o próprio processo pelo qual isso se deu revela que elementos identificados com a modernização e o progresso, mesmo inseridos em uma realidade essencialmente agrária, tiveram grande importância nesta escalada, uma vez que ela fora viabilizada através de ações incentivadas ou promovidas pelo Estado, tais como:

[o] aperfeiçoamento das vias de comunicação e a introdução de meios de transporte mais eficientes, a estrada de ferro, principalmente [...] capitais e mão-de-obra, antes aplicados nos transportes, foram liberados para a lavoura; estabeleceu-se maior rapidez nas comunicações, aumentou-se a capacidade de transporte e ocorreu uma baixa no preço dos fretes. Assegurada a preservação dos produtos, estes puderam ser de melhor qualidade, obtendo assim melhores preços no mercado. Estas transformações fizeram com que as regiões sul e sudoeste se tornassem as áreas economicamente mais dinâmicas do Estado e o centro da economia goiana. (SILVA, 2001: p. 117-118)

Chaul destaca que, por ser um estado agrário, com pouca inserção nas dinâmicas capitalistas industriais, os promotores da modernização no Estado eram provenientes do próprio meio das atividades rurais, uma vez que as classes médias urbanas ainda não eram um corpo social consolidado em Goiás. As camadas urbanas eram, portanto, até a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

década de 1930, uma parcela social incapaz de veicular seus interesses no plano político. Este fato vai mudar de forma substancial, porém gradativa, a partir da consolidação de Goiânia. Ocorre, sobre este propósito, o seguinte fato:

mesmo com os pés plantados em solo rural, os novos grupos no poder não eram iguais às oligarquias dominantes na Primeira República, pois tinham uma mentalidade urbana. Pelas suas propostas de modernização do estado, estavam dentro dos preceitos defendidos pelos grupos no poder em âmbito nacional. (CHAUL, 2015: p. 209)

Isto significava, também em Goiás, a ascensão de uma ideia de progresso encampada pela ação estatal, altamente vinculada ao desenvolvimento urbano e ao incentivo à indústria. Mas como isto seria possível, em uma sociedade que vivenciava uma realidade diametralmente oposta a estas condições? A explicação está relacionada ao fato da derrocada da oligarquia dominante, em Goiás no período pré-1930, ter ocorrido pelas mãos de uma parcela da sociedade que, uma vez munida de poder econômico, obtido através do dinamismo fulgurante de sua região de origem, se achava também pertencente a uma espécie de vanguarda da modernidade político-intelectual, a qual, naquele momento, já era atuante no âmbito da política nacional:

Na sociedade da época, emergiu uma parcela que reunia o fazendeiro e o profissional liberal e que tinha grande expressão na política local. Eram o médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel etc., quase todos ligados à estrutura fundiária e que demonstravam, por si mesmos, ou por meio de seus representantes, uma mudança nos quadros na política estatal. Faziam crer que o velho, a velha ordem oligárquica, tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, com jalecos e leis, remédios e construções e que, assim, dariam ao Estado uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Era o espelho dos anos 30 refletindo em Goiás. (CHAUL, 2015: p. 209)

O ímpeto desse grupo emergente em perseguir este modelo de desenvolvimento sinalizaria a inédita integração do Estado de Goiás à nação, enquanto projeto varguista em construção. Para fazer a população entender isso, e ainda, de forma simbólica, reforçar historicamente sua distinção em relação ao modelo anterior, ao passado a ser superado, algo grandioso deveria ser feito. Nesse sentido, o projeto de mudança do local da capital para uma cidade inteiramente nova, há muito tempo especulado, “cairia como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma luva”. Para consolidar este intento, “eles utilizaram as ideias inúmeras vezes divulgadas, ao longo da história, da decadência e do atraso de Goiás, para caracterizar os adversários vencidos”. (CHAUL, 2015: p. 209).

2. Campinas-GO, a Campininha das Flores: que lugar é esse?

Campinas, a cidade que recebera Goiânia em suas terras na década de 1930, era, naquele momento em que Goiânia se estabelecia como urbanidade, um bairro peculiar entre todos os outros da nova cidade que se expandia. Além de ser uma região já urbanamente estabelecida desde a segunda década do século XIX – em moldes nada planejados, em oposição à concepção original de Goiânia - possuía uma comunidade expressiva, tanto em relação à significativa quantidade de pessoas¹, quanto em relação à existência de uma identidade própria, marcada por elementos culturais associados à história local, sedimentados em tradições de uma comunidade que teve sua formação inicial datada do início do século XIX. Esta identidade peculiar pôde ser notada logo no início dos estudos acerca do bairro, através da forma singular - certamente carinhosa - como Campinas costuma ser chamada em textos não-oficiais que nos serviram de fonte. Campinas era conhecida, entre seus antigos e novos moradores, como Campininha, ou, de forma ainda mais terna, Campininha das Flores.

Todo o processo, arrolado após a decisão definitiva de transferência da capital para uma nova área, desencadeou uma série de profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais implicadas na execução do projeto modernizante. Estas mudanças, certamente alcançaram, em alguma medida, quase todo o Estado, mas, por motivos óbvios, incidiram principalmente sobre região diretamente afetada pelas dinâmicas envolvidas na “construção” de Goiânia. Ao ser escolhida para receber as obras, a até então, (muitíssimo) pacata Campinas, foi colocada no epicentro destes acontecimentos. Ao observar o processo de transformação da antiga cidadezinha, o qual,

¹ Assim que Goiânia foi oficializada como município, e Campinas foi submetida à condição de distrito e, logo em seguida, bairro, no ano de 1935, a antiga cidade, figurava como o mais populoso bairro da capital. “Em 1933, o sítio escolhido para a edificação da nova capital contava com 14.300 habitantes (absorvidos os municípios de Hidrolândia e Campinas)” (CAMPOS, 1985, p. 53). Hidrolândia (anteriormente distrito de Santo Antônio da Grimpas) havia sido elevada à categoria de município, desmembrado de Pouso Alto (Piracanjuba), pelo Decreto Estadual nº 454, de 24 de novembro de 1930.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aparentemente lhe saltava aos olhos, o urbanista Atílio Correia Lima registrou, em relatório dirigido a Pedro Ludovico, seu ponto de vista:

Campinas, pela sua proximidade do local escolhido, viu dentro do perímetro urbano, em poucos meses, duplicar o número de casas! Fato extraordinário em vista de ter sido nulo, o aumento das construções nesta cidade em período anterior de cinquenta anos. São dignos de nota, também os serviços de obras públicas urbanas, como sejam, meio fio, coretos, jardins, etc., dantes inteiramente desconhecidos.

Esta cidade que vegetava com sua vida rudimentar em torno da Igreja, no período anterior à ideia da mudança da capital, atualmente com a intensificação do tráfego para Leopoldo de Bulhões, ponta da linha da Estrada de Ferro, desenvolve-se vertiginosamente, criando um imenso tentáculo que busca atingir a cidade em construção. E a distância que as separa, de apenas cinco quilômetros, sem breve será vencida. (CORRÊA LIMA, 1935 Apud. SABINO JUNIOR, 1960: p. 96)

Interessante a ênfase, concedida pelo urbanista, ao número de construções no local, já que um dos pontos tocados por Pedro Ludovico em sua campanha mudancista, inclusive como argumento para justificar tal necessidade junto ao governo federal foi a situação de estagnação do crescimento do número de edificações na Cidade de Goiás, como comprova um dos trechos do relatório escrito pelo interventor, endereçado ao presidente provisório Getúlio Vargas, em 1933:

O fato que demonstra, de modo inexorável, a incapacidade do desenvolvimento, ou antes, a decadência invencível da Cidade de Goiás, é o seu índice de construções. De 1890 até 1914, Goiás não chegou a construir, em média, uma casa por ano. E, de 1914 a 1932, apesar do advento do automóvel e da lenta, mas registrável melhoria operada na situação econômica do Estado por influência da Grande Guerra, a média de construções na Cidade de Goiás não passou de 1 e meia casa por ano. A média das casas que, no período de 1890 a 1932 deixaram de existir, porém derruídas pelo tempo, reduziria a zero o índice de construções, ainda que este se elevasse a três por ano. Basta acrescentar que, até na população tem havido decréscimo sensível. Em 1890, a população da cidade Goiás atingia 10.000 almas. Em 1932, segundo o recenseamento realizado, a sede desse município tinha apenas 8.256 habitantes. (TEIXEIRA, 1933: p. 111-112)

Assim, com uma progressiva alteração nos perfis populacionais, acarretada pelo significativo crescimento do afluxo de pessoas para a região da nova capital nos anos e décadas seguintes, novas demandas foram surgindo entre a comunidade campineira, como uma consequência natural deste processo de acelerada urbanização. O livro “Goiânia Documentada”, editado, segundo o autor, em 1958, mas publicado em 1960, traz as seguintes informações a respeito da progressão demográfica no período de nosso interesse:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Goiânia, de acordo com o recenseamento de 1950, é o 145º município da relação dos mais populosos do País, dentre os 1894 que existiam naquela data. É também o mais populoso do Estado e o único que apresenta população urbana superior à rural. O índice de incremento relativo da cidade, no decênio 1940-1950, foi o mais expressivo das capitais dos Estados brasileiros, com exatamente 167%, seguida de Florianópolis (104%), Belo Horizonte (93%), Fortaleza (69%), e São Paulo (63%). Deve ressaltar-se que o crescimento populacional do município prossegue no mesmo ritmo, bastando dizer que a população de Goiânia está estimada, atualmente, em 110 mil habitantes, segundo observações dos serviços de estatísticas regionais. (SABINO JUNIOR, 1960: p. 30)

A fim de complementar a informação prestada, o autor ainda lista, com precisão, os números correspondentes aos resultados censitários no período, intercalados com as estimativas formuladas, à época, pelos órgãos de estatísticas locais:

1933 (Estimativa) – 14.300 – [ano da] Fundação de Goiânia (registros referentes a Campinas e Hidrolândia, municípios extintos para a formação de Goiânia) [Nota do autor]
1940 (Recenseamento) – 48.166
1942 (Estimativa) – 51.000 – [ano do] Batismo Cultural
1950 (Recenseamento) – 53.389 (no período de 1940/50 foram desmembrados de Goiânia os atuais municípios de Trindade e Guaporé) [Nota do autor]
1958 (Estimativa) – 110.000 – [ano do] 25º aniversário. (SABINO JUNIOR, 1960: p. 30)

Uma destas novas demandas foi a exigência, por parte das camadas médias da população, que por intermédio de seus representantes políticos, se desse atenção à necessidade de escolarização de seus jovens em níveis que ultrapassassem a instrução elementar, a qual já era presente na região desde a segunda metade do século XIX. Menções a estes anseios da comunidade de Campinas são expressas nos relatos e recortes jornalísticos arrolados pela Irmã Área Cordeiro Menezes, na obra “O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás” e também na Ata de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas.

O ensino de nível secundário ou equivalente (normal ou profissionalizante) passaria a ser pretendido pela população da região, cada vez mais. Na medida em que as obras de implantação do Ginásio Estadual avançavam, na região central de Goiânia, consumando a transferência, para Goiânia, da estrutura correspondente ao antigo Liceu de Goiás, efetivada em 1937, como narra Genesco Bretas:

Foi rápido o transporte do Liceu para a nova Capital. Caminhões vieram lotados de bibliotecas, gabinetes, arquivos, livros e papéis em uso, e o famoso

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sino da estima dos vilaboenses, o sino que batia as horas com a precisão de um bom relógio, o símbolo da tradição liceana, que fazia alegre Vila-Boa. Foi um reboiço, nas casas das famílias de professores e funcionários, com a aprontação da mudança. (BRETAS, 1991: p. 579)

Ficou claro, também para a população de Campinas, que este não supriria - nem no início, nem em nenhum outro momento, mesmo com expansões e superlotação - toda a demanda crescente de estudantes que ali buscavam vagas para dar prosseguimento aos seus estudos, de forma gratuita.

O Liceu, já em casa própria e ampla, com o rápido crescimento de Goiânia, cresce, também, em sua população estudantil. Quando veio de Goiás, tinha quase 200 alunos. No primeiro ano de sua presença em Goiânia, passou a trezentos, e em cada ano subsequente foi a 400, 500 e mais, até chegar à casa do milhar, sem parar de crescer. Fez-se, na quadra do Liceu, um auditório. Diante das necessidades, esse auditório foi dividido em salas de aula (1950), e mais tarde, construiu-se mais um pavilhão, ao fundo da quadra, dando para a Rua 15, com numerosas salas de aula. As matrículas se faziam em três turnos (matutino, vespertino e noturno), e ainda assim o espaço era insuficiente. (BRETAS, 1991: p. 579-581)

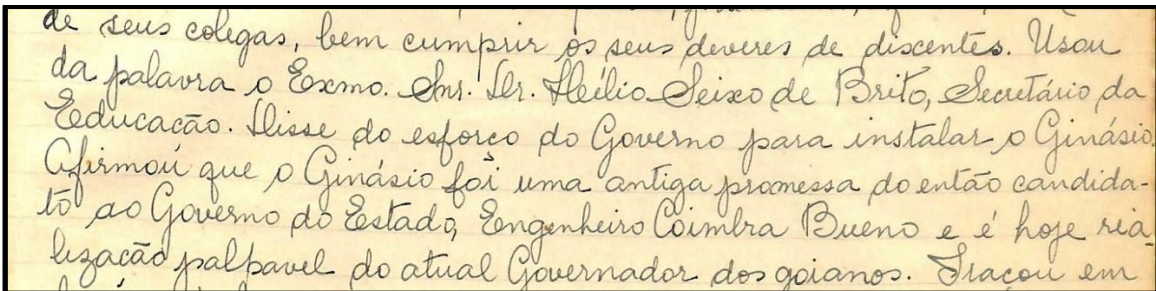
3. Um colégio para Campinas: uma promessa política

Em Campinas, parte da população (especialmente as camadas mais pobres) se viu, por muito tempo, alijada das oportunidades de obtenção de ensino escolar formal. Ao adentrar à década de 1930, a população de Campinas foi tomada por expectativas e incertezas, alimentadas pela movimentação de pessoas e recursos na região escolhida para sediar a implantação da nova capital do Estado. Os ares de mudança chegaram e, com eles, a esperança de um progresso nunca assistido por aquela comunidade. O fato é que, o projeto de modernização prometido pelo discurso mudancista-reformador de Pedro Ludovico, foi muito mais contido que o esperado, para a maioria da população local, que demorou a presenciar alguma melhora significativa no atendimento de suas necessidades básicas (energia, saneamento, saúde e educação). Em um primeiro momento, caracterizado pelo calor das obras de “inauguração” de Goiânia, a prioridade dispensada aos aspectos de infraestrutura urbanística da implantação da nova capital, inviabilizou a realização de alterações socio estruturais das quais Campinas carecia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O primeiro período ludoviquista no Estado se encerrou com o afastamento do interventor alinhado ao presidente Vargas, em 1945. Com isso, a perspectiva da redemocratização proporcionou o redimensionamento das forças do poder político no Estado. Novos atores ganharam projeção, com destaque para a fundação da UDN, que foi organizada, no estado, ainda em 1945 e nas eleições que ocorreriam a seguir, rivalizaria com o PSD de Ludovico, compondo uma frente ampla de oposição ao antigo interventor.

A possibilidade de ganho político baseado na exploração de demandas populares não atendidas a contendo pelo grupo antecessor, além de fortes críticas a diversos aspectos de seus 15 anos à frente do poder executivo estadual, levam à vitória – ainda que apertada - de um elemento dissidente do antigo núcleo central do projeto modernizador de Pedro Ludovico. O engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, proeminente nome da área técnica do projeto ludoviquista encampado na nova capital, assumia, então, o exercício do cargo mais alto do Estado, como figura política situada no espectro oposto ao seu antigo contratante. Eleito pela UDN, Coimbra Bueno foi o primeiro governador eleito pelo voto direto a ocupar o Palácio das Esmeraldas, após tomar posse no dia 22 de março de 1947. Uma de suas promessas de campanha foi justamente voltada para a área da educação em Campinas: a fundação de uma instituição pública “oficial” do Estado, que viria a se consubstanciar no Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, cuja lei de criação fora publicada, justamente em 1947. Na Ata de Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas, na qual foram relatados os acontecimentos da solenidade de criação da escola, a menção a esta promessa foi proferida pelo então secretário da Educação Hélio Seixo de Brito, conforme registrado:



de seus colegas, bem cumprir os seus deveres de discentes. Usou da palavra o Exmo. Sr. Dr. Hélio Seixo de Brito, Secretário da Educação. Disse do esforço do Governo para instalar o Ginásio. Afirmou que o Ginásio foi uma antiga promessa do então candidato ao Governo do Estado, Engenheiro Coimbra Bueno e é hoje realização palpável do atual Governador do Estado. Tracou em

Figura 1 - Trecho da Ata de Instalação do Ginásio Estadual de Campinas: “[...] Usou da palavra o Exmo. Sr. Dr. Hélio Seixo de Brito, Secretário da Educação. Disse do esforço do Governo para instalar o Ginásio. Afirmou que o Ginásio foi uma antiga promessa do então candidato ao Governo do Estado,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Engenheiro Coimbra Bueno, e é hoje realização palpável do atual Governador dos goianos.” (FONTE: Ata de Instalação do Ginásio Estadual do Bairro de Campinas, 15 de abril de 1950)

Portanto, interpretamos, a implantação do ensino secundário público na região, como um elemento inserido no âmbito dos processos de modernização iniciados nos anos a 1930 e continuado nos anos 1940 e 1950. Esta continuidade, porém, se deu sob a dinâmica das disputas eleitorais abertas no período iniciado com o afastamento de Pedro Ludovico, em 1945. Assim, o direito de uso legítimo do discurso de modernidade assume outra faceta: a de um instrumental discursivo político-eleitoral. A este respeito, aprofundaremos, no terceiro capítulo, a tese de que a instalação do colégio em Campinas foi, também, um reflexo direto das disputas político-eleitorais existentes entre o grupo de Pedro Ludovico (coalização PSD-PTB), que havia lançado a candidatura de José Ludovico de Almeida em 1947, e o grupo pelo qual se elegeu o governador, Jerônimo Coimbra Bueno, encabeçado pela UDN.

Considerações finais

Nos anos 1930, um misto de esperança e incômodo pairou pela antiga cidade de Campinas, que crescera espontaneamente em torno de uma igrejinha há mais de 110 anos, sem grandes mudanças ao longo deste período. A esperança focava na possibilidade de obtenção dos efeitos positivos anunciados como consequências da modernidade: energia elétrica nas casas, novos meios de comunicação e transporte, infraestrutura de estradas, oportunidades econômicas e, principalmente, a toda a atenção que poder público estadual - agora tão perto - poderia, enfim, dispensar a melhorias nas condições de serviços públicos voltados para a saúde e para a “elevação cultural” dos jovens da cidade.

O tal incômodo pôde ser constatado nas narrativas que expunham as inconveniências sociais e problemas de saúde pública trazidos pelas obras e pelo aumento populacional. Em decorrência das obras, a poeira era incessante. Em função do aumento no número de construções, a abertura indiscriminada de fossas e cisternas provocava surtos de doenças ocasionadas pela contaminação da água disponível para consumo, visto que não havia água encanada. Ao longo da década de 1940, até mesmo a questão da presença de uma “zona de meretrício” no bairro passou a incomodar e ser colocada como um problema cuja população local se mostrava desejosa de que uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

intervenção do poder público pudesse apartar sua existência das residências familiares. A redenção de Campinas pela alardeada modernização demorava a chegar. Enquanto isso, Goiânia crescia e recebia o Liceu, transferido da antiga capital em 1937. A procura por vagas no Liceu em Goiânia era muito grande, e a demanda superava, em muito, sua capacidade, já no início da década de 1950.

Os anseios por um colégio de perfil semelhante em Campinas se tornaram algo real. Pedro Ludovico, aparentemente não os ouvia. Sua prioridade eram as obras de infraestrutura e a conclusão dos prédios contidos no plano do núcleo original de Goiânia. Durante seu primeiro governo, na década de 1930, a região de Campinas recebeu suas primeiras instituições escolares públicas com características físicas e pedagógicas “modernas”: os grupos escolares. O Grupo Escolar Pedro Ludovico, inaugurado em 1936, garantiu acesso “gratuito” à população de meninos e meninas da cidade em um modelo organizacional inédito na cidade. Apesar de serem instituições primárias, os grupos escolares representavam o que havia de mais moderno no que diz respeito à instrução básica desde o início da década 1920 no Estado. Porém, os avanços na área da educação, bem como muitos outros elementos de progresso associados ao projeto modernizador não chegaram da forma como a população de Campinas esperava ao longo dos quinze anos que Pedro Ludovico ocupou a chefia do executivo estadual.

A saída de Pedro Ludovico, e abertura democrática em 1945, abriu a possibilidade de que disputas travadas nas urnas pudessem brindar a população de eleitores com embates que confrontavam, em discurso, diferentes projetos de modernização, muitas vezes traduzidos em promessas e duras críticas aos adversários. Neste cenário, no qual as dinâmicas eleitorais estabelecidas em um pluripartidarismo polarizado, expresso em Goiás, pelo antagonismo PSD X UDN, surgem as condições ideais para a criação de um elemento inédito na região de Campinas: uma grande instituição pública de ensino em nível secundário. O candidato Jerônimo Coimbra Bueno prometeu a criação de tal melhoria no bairro caso fosse eleito. Quando a promessa foi virtualmente cumprida, em 1947, com a Lei de Criação e efetivada com pompa, em 1950, com a cerimônia de instalação do Ginásio Estadual de Campinas, ficou clara a influência direta da trama política na situação que legou à população de Campinas o Colégio Pedro Gomes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No contexto da década de 1950, a euforia ocasionada pela construção de Brasília, inseriu Goiânia, novamente, em uma situação de ansiedade em relação ao incremento das atividades econômicas capitalistas no Estado. Goiânia experimentou, então, uma contínua onda de crescimento populacional naquele momento. As camadas médias urbanas passaram a valorizar o ensino secundário como seu “passaporte” para a ascensão social e como uma possibilidade de preparação adequada ao concorrido ingresso no ensino superior, cada vez mais presente na nova capital a partir da criação da Universidade Católica e da Universidade do Brasil Central.

A população de Campinas, naturalmente, participou das eleições que se sucederam, sem jamais assistir ao retorno de um candidato da UDN ao Palácio das Esmeraldas. O Ginásio Estadual de Campinas, então, demorou 10 anos para cumprir seu ideal, ou seja, ser o prometido colégio de Campinas. A aquisição de um terreno, a construção do primeiro pavilhão do prédio próprio e a transferência da unidade escolar para sua sede definitiva seriam os gatilhos para a expansão da oferta do ensino secundário à população, com a adoção do segundo ciclo. Assim, o governador do PSD, José Feliciano Ferreira assinou, em 1959, a aguardada elevação do ginásio à condição de colégio.

À guisa de conclusão, afirmamos, com base em toda a pesquisa aqui apresentada, que a criação do primeiro colégio público de Campinas esteve relacionada ao conjunto dos processos de modernização que foram desenvolvidos em Goiânia. Especialmente em Campinas, estes processos foram marcados por profundas contradições entre o discurso e a prática modernizadora manifestada pelos diferentes grupos políticos que os conduziram ao longo da primeira metade do século XX. Nos primeiros anos de Goiânia, Campinas vivenciou um embate simbólico, travado principalmente no plano político, entre o “velho” e o “novo”, que, no cotidiano da população, se traduzia nas significativas e velozes mudanças que eram impressas no perfil daquela comunidade, revelando as consequências demográficas e socioeconômicas da “modernização” na região que recebera a nova capital. Obra de grande magnitude material e importante significado simbólico, o colégio esteve ligado à modernização do bairro, juntamente com outros elementos urbanos associados ao “progresso” na sua época. Nesse sentido, o Colégio Estadual Professor Pedro Gomes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trouxe consigo o asfaltamento das ruas do bairro, destacadamente em suas adjacências e, fazendo-se presente nos importantes desfiles cívicos do período populista da república brasileira foi, seguramente, associado à elevação da autoestima da comunidade do bairro de Campinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, Genesco Ferreira. História da Instrução Pública em Goiás. Goiânia: CEGRAF/ UFG, 1991.

CHAUL, Nasr Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2001.

CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. 4. ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MENEZES, Áurea Cordeiro de. O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás. Goiânia: edição da autora, 1981.

SABINO JUNIOR, Oscar. Goiânia Documentada. São Paulo: Edigraf, 1960.

SILVA, Ana Lucia da. A revolução de 30 em Goiás. Goiânia: CANONE: AGEPEL, 2001.

DOCUMENTOS

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES. Atas de Instalação do Ginásio, das Reuniões da Congregação dos Funcionário Administrativos e das Sessões Solenes de Entrega de Certificados dos Concluintes do Ginásio Estadual de Campinas. Arquivo do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, 1950-1967.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES. Atas do Conselho dos Professores do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. Arquivo do Colégio. 1964-1968.

CORRÊA LIMA, Atílio. Relatório do urbanista Corrêa Lima ao Exmo. Snr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira; M. D. Interventor no Estado de Goiás. Campinas (GO), 1935.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAZ, nº 5.929. Goiânia, 23 de junho de 1949.

GODOI, Armando Augusto de. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Interventor Federal, em Goiaz, pelo engenheiro urbanista Dr. Armando de Godoi, relativo à construção da nova capital do Estado de Goiaz nas proximidades da cidade de Campinas. Rio de Janeiro, 1933.

REVISTA OESTE. Goiânia na Opinião Nacional. Ano II, nº 6 (Reedição) Goiânia: UCG, 1982.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado (1930-1933). Goiânia, Imprensa Oficial, 1933.